

PROLETARIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNÍ-VOS!

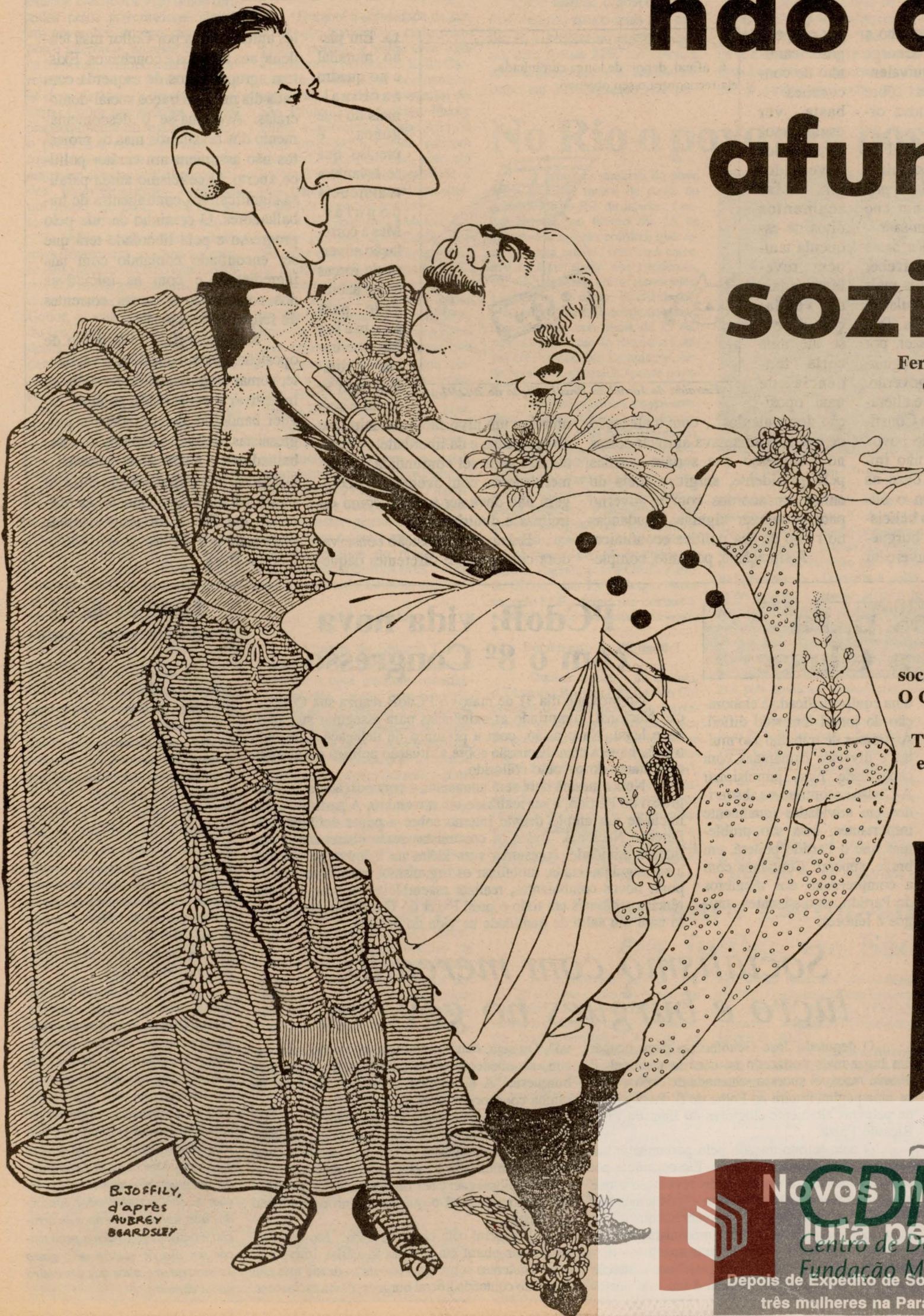
# A Classe Operária



ANO 66 - VI FASE - Nº 59 - 22 de março de 1991

Cr\$60,00

PA-AM-RO-AC Cr\$ 80,00

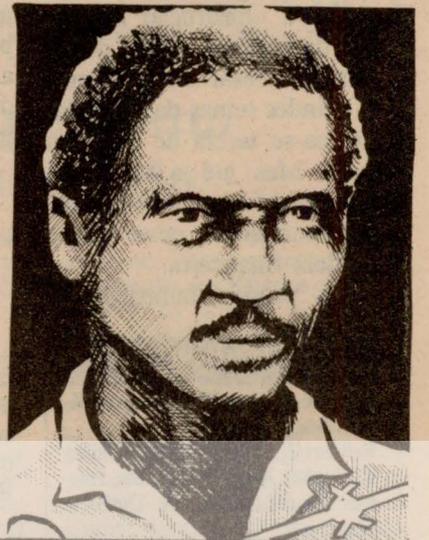


# Collor não quer afundar sozinho

Fernando Collor descobre que está isolado e sai à caça de apoio. Flerta até com José Sarney. Mas sua meta é atrair setores da esquerda para a arapuca do entendimento nacional. Págs. 3, 4 e 5.

## Albânia

A desagregação do regime socialista assume tons trágicos. O Ocidente diz que ajuda mas impõe condições. Trabalhadores saem às ruas em defesa de Enver Hoxha. Págs. 6 e 7.



Novos mártires da  
luta pela terra

Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois

Depois de Expedito de Souza, o latifúndio mata mais três mulheres na Paraíba. Págs. 10, 11 e 12.

## EDITORIAL

# Fernando Bush

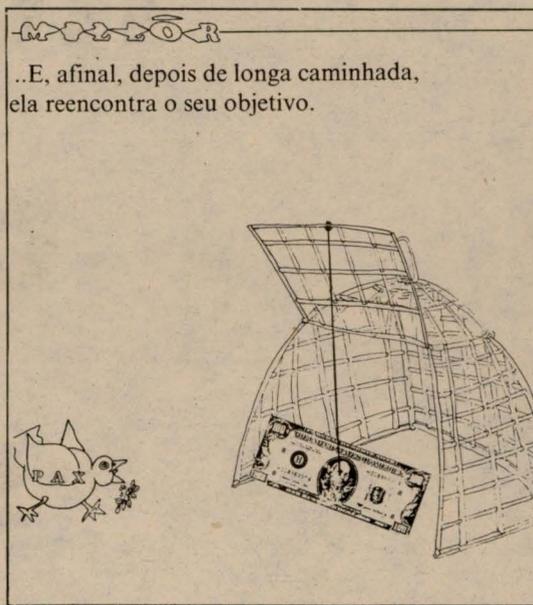
Eu faço a guerra e imponho a paz. Esta é a fórmula de George Bush, depois de atirar o equivalente a 20 bombas de Hiroshima sobre o Iraque, para definir a "nova ordem" mundial.

Já o imperador tupiniquim, Fernando Collor, na ânsia de seguir o mestre e de inserir o Brasil no primeiro mundo", depois de um ano de guerra contra os descamisados, anuncia o entendimento. Mas basta uma olhada rápida para perceber que tal idéia, via pacotão, nada mais é do que um convite de capitulação a todas as forças oposicionistas. Trata-se de uma tentativa de fazer, por outros métodos, o que vem perseguindo desde que assumiu o governo. A manobra envolve inclusive alterações em pontos essenciais da Constituição, golpeando direitos do povo.

Mas a "nova ordem" não impressiona apenas Collor. Todas as correntes de opinião sentem o clima de ameaça instalado pelo belicismo americano. A oposição burguesa se intimida e tende a enveredar

por um perigoso caminho de concessões - basta ver os discursos de posse dos governadores. Mas segmentos ditos de esquerda também revelam sinais de vacilação. Criou-se até uma certa tendência de uma "oposição de resultados" - com a alegação

de que não adiantava aprovar coisas no Congresso que seriam vetadas pelo presidente, surgiu a idéia de entrar em acordos com o governo para promover algumas mudanças no rumo de sua política econômica. A situação é, portanto, comple-



Extraída do Jornal do Brasil, edição de 29/2/91

oferecer um alvo fácil aos inimigos do progresso e da liberdade. A ousadia não pode ser confundida com temeridade ou com aventura. A coragem não deve ser tomada como estreiteza e doutrinismo.

Existe uma oposição conservadora com projetos diferentes daque-

les apresentados por Collor mas tendente aos acordos e conchavos. Existem agrupamentos de esquerda com cada dia maiores traços social-democratas. Avoluma-se o descontentamento dos brasileiros mas os protestos não assumem um caráter político aberto. O ceticismo ainda paralisa significativos contingentes de trabalhadores. O caminho da luta pelo progresso e pela liberdade terá que ser encontrado contando com tais ingredientes e com as iniciativas dos comunistas e outras correntes de feição revolucionária.

Saber valorizar cada ponto de oposição, mesmo que débil e vacilante, somar fragmentos de resistência, incentivar a capacidade popular, erguer bandeiras democráticas e progressistas, defender direitos dos trabalhadores e a soberania nacional - tais são as preocupações que animam os setores mais consequentes na busca de um Brasil diferente daquele planejado por Collor e seu patrão George Bush.

## Esforços para defender a Classe

Mais um número extra d'A Classe Operária. Ainda não foi possível concluir os passos para dar ao jornal uma equipe de redação melhor estruturada e um novo projeto gráfico.

Em particular, com a preparação do 8º Congresso do Partido, a construção de um órgão de imprensa capaz de informar e entrar na polêmica dos grandes temas da atualidade torna-se tarefa de primeira ordem. Mas até o momento não foi possível superar as dificuldades básicas, entre elas a de ordem financeira.

A própria indicação de

uma equipe dedicada à elaboração do jornal tem sido difícil. As frentes de trabalho são muitas e diversos camaradas com capacidade para impulsionar A Classe encontram-se absorvidos em atividades igualmente importantes, mas são problemas que o Partido poderá, em breve, superar. Contamos com a compreensão dos membros do Partido, simpatizantes, amigos e leitores.

## PCdoB: vida nova com o 8º Congresso

No próximo dia 31 de março o PCdoB realiza sua Convenção Nacional, cumprindo as exigências para assegurar sua atividade legal. Na ocasião, com a presença de delegações de todo o país, haverá uma discussão sobre a situação política e a conjuntura diante do pacotão collorido.

Nessa mesma data será anunciada a convocação do 8º Congresso do Partido, a ser realizado em novembro. A partir de então inicia-se um amplo debate interno sobre a pauta definida pela Direção Nacional. Todos os comunistas serão chamados a uma intensa atividade: apresentar suas idéias na Tribuna de Debates a ser regulamentada, mobilizar os organismos partidários, incorporar novos combatentes, realizar assembleias de base e conferências regionais em todo o país. Fazer do Congresso instrumento para um salto de qualidade na vida do PCdoB.

## Socialismo com mercado, lucro e burguês no governo

O deputado José Genoíno resolveu ocupar um lugar mais destacado no cenário nacional. E obteve razoável sucesso: chamada de capa e quase uma página inteira na Folha de S. Paulo, além de palavras altamente elogiosas do líder do PFL, Ricardo Fiúza.

O auto-retrato traçado pelo parlamentar petista é altamente esclarecedor. - Ele considera necessário "revisar o conceito de revolução", que não deve mais significar ruptura - "nós temos que construir o consenso, o convencimento". Isto quer dizer, para ele, utilizar os mecanismos institucionais. A tal ponto de considerar negativa a derrota dos sandinistas na Nicarágua, "mas a eleição para presidente ter se realizada é um fato posi-

vo". Ou seja, contra-revolução não é tão ruim assim, se obedecer os mecanismos da legalidade burguesa. "A alternância de poder faz parte da minha concepção de socialismo".

O novo grande teórico vai mais longe: "Eu sou anti-capitalista. O PT tem que negar também a alternativa comunista". Tem lucro também, mas "temos que discutir a norma que rege o lucro".

E prossegue: "Na minha visão de socialismo democrático há o que eu chamo de mercado socialista".

E conclui com chave de ouro: "Não consiste em ser plural em relação às várias interpretações existentes sobre a sociedade" - desde que não fujam ao conteúdo liberal burguês, devia esclarecer.

## Lições do dia 15 e da Greve em Santos

A jornada de luta de 15 de março se caracterizou por mobilizações pouco ambiciosas. A greve geral, escolhida como forma de luta no ABC paulista, teve adesão considerável dos metalúrgicos, matutina dos transportes públicos e insuficiente das demais categorias.

Os operários das grandes montadoras de automóveis de São Bernardo pararam de bom grado. Os poucos metalúrgicos que compareciam às fábricas deixavam-se convencer sem dificuldades pelos piquetes de persuasão. Mas a grande massa dos trabalhadores não sentiu firmeza, ou quem sabe nem ficou sabendo da mobilização.

Seria o caso de estudar mais detidamente as recentes experiências de Dias de greve e protesto que paralizaram por completo Sertãozinho e principalmente Santos. Nas duas cidades, o movimento envolveu um universo bem mais amplo que a CUT e os sindicatos, chegando até setores patronais contrariados com a política collorida de terra arrasada. Criou-se um clima de coisa grande, atingindo o conjunto da população. Al sim, o trabalhador concordou que, apesar dos tempos de arrocho e desemprego, a luta pela melhoria do dia de salário, pelo gosto de mostrar a Collor que brasileiro não é carneiro.

### Expediente

**Diretor e Jornalista Responsável:** João Amazonas  
**Editor:** José Reinaldo Carvalho  
**Redação:** Antônio Martins, Irasson Cordeiro Lopes e Umberto Martins  
**Diagramação e Arte:** José Luiz Muñuca Reyes  
**Endereço:** Rua Adoniram Barbosa, 53 - Bela Vista - CEP 01318 São Paulo-SP  
**Telefone:** (011) 36-7531 e 36-0412  
**Telex:** 11-21983  
**Fax:** (011) 36-4104

# Governadores: de olho em 1994

Desde o último dia 15 os estados brasileiros vêm sendo dirigidos pelos governadores eleitos em novembro do ano passado. A posse alterou a balança da política nacional, criando uma nova correlação de forças. Porém, embora se deva destacar a derrota do governo Collor nas eleições de 1990 (especialmente no segundo turno), o perfil dos novos governadores (que, com uma ou outra exceção, assumem estados virtualmente falidos financeiramente) configura um quadrô em geral, ainda bastante favorável aos conservadores.

Afora as dificuldades econômico-financeiras, o comportamento tanto político quanto administrativo dos novos governantes, incluindo a conduta diante do governo Collor, já está sendo pautado tendo em vista as próximas eleições, destacadamente a sucessão presidencial prevista para 1994. Realçam-se aí, sobretudo, as pretensões do ex-governador Orestes Quéricia, do PMDB, e de Leonel Brizola, PDT, este último eleito governador do Rio de Janeiro.

Apoiado por expressiva parcela da burguesia paulista, o que inclui os líderes da Fiesp, Quéricia contará com o reforço dos governos do PMDB (à exceção, talvez, do Paraná), principalmente em São Paulo, e corteja os governantes de Minas Gerais, Pernambuco, Bahia e Ceará, de quem já contaria com certa "simpatia", segundo seus aliados. Promete fazer uma oposição conservadora ao governo federal, muito embora tenha mobilizado a bancada do PMDB para aprovar o Plano Collor II.

Já Brizola conseguiu eleger pelo PDT, além dele próprio no Rio de Janeiro, os governadores do Rio Grande do Sul e do Espírito Santo. É possível que venha a ganhar, futuramente, o apoio de Roberto Requião, eleito governador do Paraná, que no momento não se dá muito bem com Orestes Quéricia. Movimentando-se na faixa do centro-esquerda, Brizola eleger-se fazendo duras críticas ao governo Collor. Os parlamentares do PDT têm composto a bancada das esquerdas no Congresso (excluindo César Maia) com uma atitude oposicionista coerente, até o momento. Em seu discurso, contudo, Brizola acenou à perspectiva de entendimento com o governo federal, o que não foi a sua primeira sinalização nesse sentido.

## Posse em SP

Durante a solenidade de sua posse, que contou com certo entusiasmo popular e valeu uma vaia à ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello (que compareceu ao evento), o novo governador de São Paulo, Luiz Antônio Fleury Filho, manifestou a disposição de fazer oposição a Collor, embora moderada. Garantiu que, com ele à frente, "São Paulo resistirá" e será transformado numa trincheira de luta contra a recessão.

Conforme Jamil Murad, deputado estadual do PCdoB, que leu uma nota da direção estadual do Partido na Assembléia Legislativa sobre a posse do novo governador, "Fleury Filho teve o apoio do Partido Comunista do Brasil", uma vez que, "em que pese a natureza conservadora das forças que se agruparam em apoio à sua candidatura, assumiu posições democráticas e combateu a política recessiva do governo federal". Neste momento, diz Jamil, "o PCdoB adota uma atitude de independência perante o seu governo, especialmente através de sua representação na Assembléia Legislativa. Preocupamos a sua composição excessivamente heterogênea, onde coexistem figuras respeitáveis, de tradição democrática no nosso país, com setores conservadores e ligados à prática do fisiologismo".

## ACM na Bahia

A posse de Antonio Carlos Magalhães na Bahia foi bastante discreta e sem nenhum entusiasmo popular, mesmo para o padrão baiano se comparada à de outros governadores, na opinião do presidente do PCdoB naquele estado, Péricles de Souza. ACM procurou mudar sua imagem durante a campanha, trocando a fama de "Toninho Malvadeza" pela de "Toninho Ternura", mas representará os mesmos interesses reacionários e, tudo indica, governará com a mesma arrogância que revelou no passado.

De acordo com Péricles de Souza, o atual governador baiano apoiou abertamente Collor durante a campanha presidencial de 1989 e mesmo nas eleições do ano passado acabou sendo um dos homens do presidente da República, embora evitasse malandramente maiores vinculações com o gover-

no federal.

Ele assume o governo após uma votação pouco mais que medíocre - ganhou no primeiro turno, com apenas 27% dos votos, a mesma performance de Josafá Marinho em 1986, quando este per-

deu as eleições para Waldir Pires.

Os primeiros sinais de sua administração já surgiram, conforme Péricles de Souza. "Ele governa no estilo tradicional e na Assembléia Legislativa, onde obteve maioria, já passou com uma espécie

de rolo compressor sobre a oposição, impondo medidas inclusive inconstitucionais, enquanto faz demagogia no velho estilo populista afirmando que pretende realizar uma devassa contra a administração passada."

## No Rio o povo deu posse a Brizola

A presença massiva do povo foi a principal marca da posse do governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, no último dia 15 de março. Foi um ato político, que começou pela manhã, com uma carreta de táxis desde sua residência, em Copacabana, até a Assembléia Legislativa, no centro da cidade. Seguiu-se, após a solenidade de posse, uma passeata com mais de 15 mil pessoas pelas ruas do Rio até o Palácio Guanabara, em Laranjeiras, onde ocorreu a chamada "posse popular".

As presenças dos ex-governadores Miguel Arraes, atual deputado federal do PSB de Pernambuco, e Waldir Pires, também deputado federal pelo PDT da Bahia, da prefeita de São Paulo, Luiza Erundina, e do presidente da CUT, Jair Meneguelli, além dos representantes dos partidos integrantes da coligação Povo Unido, que deu vitória à Brizola - João Amazonas, Maria Dolores e Jandira Feghali, pelo PCdoB; Alfredo Sirkis, pelo PV e Sergio Arouca, pelo PCB - deram um tom multipartidário e representativo ao evento.

## Documento do PC do B

Durante a posse de Brizola, o Diretório Regional do Partido Comunista do Brasil distribuiu amplamente um documento oficial acerca do posicionamento do Partido sobre o governo que se iniciava. Intitulado "O PCdoB e o Governo Brizola", o texto analisa os eixos de campanha da Coligação Povo Unido, entre os quais firmou-se "o compromisso mútuo de transformar o Rio de Janeiro numa trincheira de resistência aos desmandos do governo Collor".

O PCdoB destaca cinco pon-



A posse de Leonel Brizola foi festejada pelo povo do Rio de Janeiro

tos que devem nortear a administração do novo governo: 1 - Manutenção da união das forças populares e democráticas; 2 - Defesa das empresas estatais estratégicas para a nossa soberania; 3 - Combate à política de recessão e arrocho salarial do governo Collor; 5 - O novo governo terá que tomar medidas de alcance que tire o Rio de Janeiro da degradante situação ocasionada pela administração estadual que se encerra e pela política governamental federal.

Na segunda parte do documento, o PCdoB denuncia a farsa do governo Collor e enfatiza a necessidade de união dos progressistas em torno de um projeto político alternativo que defenda a soberania e a independência nacional e o resgate social e econômico do povo brasileiro".

Por último, o Partido manifesta em relação ao governo Brizola, a expectativa de ver cumpridos os

compromissos de campanha com a população, como a "recuperação econômica do Estado", em particular a defesa da Companhia Siderúrgica Nacional, a estadualização da empresa de energia Ligth, apoio às pequenas e médias empresas, combate à recessão e ao desemprego, fortalecimento das redes públicas de saúde e educação, a valorização dos profissionais, combate à violência e suas causas, defesa do meio ambiente e o incentivo à cultura e ao desenvolvimento da pesquisa e da tecnologia.

O documento do PCdoB conclui com um apelo à democratização das relações entre o poder público e a sociedade organizada. Assinala que "o PCdoB defende que novas e democráticas formas de relacionamento do governo com a sociedade fluminense sejam, a base para tirarmos o estado do Rio de Janeiro da atual situação de descalabro". (Carlos Henrique Vasconcelos)

## Encontro Latino-americano em Junho, em São Paulo

Foi convocado para os dias 21, 22 e 23 de junho deste ano em São Paulo o 3º Encontro Latino-americano e do Caribe pela Solidariedade, Autodeterminação e Vida de Nossos Povos. A iniciativa é de partidos políticos brasileiros, como o PT, PCdoB, PCB, PDT e PSB, além de entidades representativas de diferentes setores da população a nível nacional, como Central Única do Trabalhadores (CUT), União Nacional dos Estudantes (UNE) União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES), Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (ANDES), Movimento Nacional dos Trabalhadores sem Terra (MST), União da Juventude Socialista (UJS) Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM), Conselho de Defesa da Paz (CONDEPAZ), Confederação das Mulheres do Bra-

sil, União brasileira de Mulheres (UBM), Confederação dos Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), Procentral Associação Brasileira de Imprensa (ABI).

O primeiro Encontro foi realizado em Quito (Equador), em 1988 e o segundo em Bogotá (Colômbia), em 1989. Na declaração política do último Encontro se afirmou: "O evento constitui um passo adiante no esforço conjunto para alcançar a unidade na luta dos nossos povos e de todos os patriotas e democratas conscientes, contra a dependência externa por parte do imperialismo, principalmente o norte-americano, contra o intervencionismo e a agressão, pela conquista da independência nacional e pela implantação de uma autêntica democracia para as maiorias populares, no exercício de nosso legítimo direito à autodeterminação".

Os temas a serem discutidos no terceiro Encontro partem das comemorações dos 500 anos do Descobrimento da América, a discussão do Plano Bush e sobre a solidariedade continental.

O comitê organizador reúne-se toda segunda-feira às 18 horas na Câmara Municipal de São Paulo e o endereço para contatos é o Gabinete do vereador Júlio César Caliguri (PDT) no legislativo paulistano, Viaduto Jacareí, 100, 5º andar, sala 515, fone: 259.8388, ramais 1478, 1474, 1546 e 1267, fax: 239-5654. A fim de massificar o Encontro, o comitê organizador está solicitando que os governos municipal e estadual de São Paulo, em junho e julho, e o mês de junho como mês da Solidariedade Latino-americana e Caribe e promoverá atividades entre diversos segmentos da população.

## Nota 10 para Olival

Para Olival Freire Jr., presidente do Diretório Regional de São Paulo do PCdoB, o exercício da atividade científica não se resume à aplicação da teoria marxista na direção política do Partido. Na primeira semana de março, ele defendeu sua tese de mestrado na Faculdade de Física da Universidade de São Paulo, quando a banca examinadora constituída pelos professores Amélia Hamburger, Michel Paty e Shozo Motoyama, após arguição e debate com o autor, lhe conferiu nota máxima (10, com louvor) ao trabalho.

Sua tese - "Estudo sobre interpretações (1927-1949) da teoria quântica: epistemologia e física" - trata da análise das inovações conceituais e de suas implicações filosóficas, acarretadas por uma das teorias essenciais da ciência moderna: a teoria quântica e a teoria física sobre as propriedades dos átomos e das moléculas.

# Haroldo: entendimento é engodo

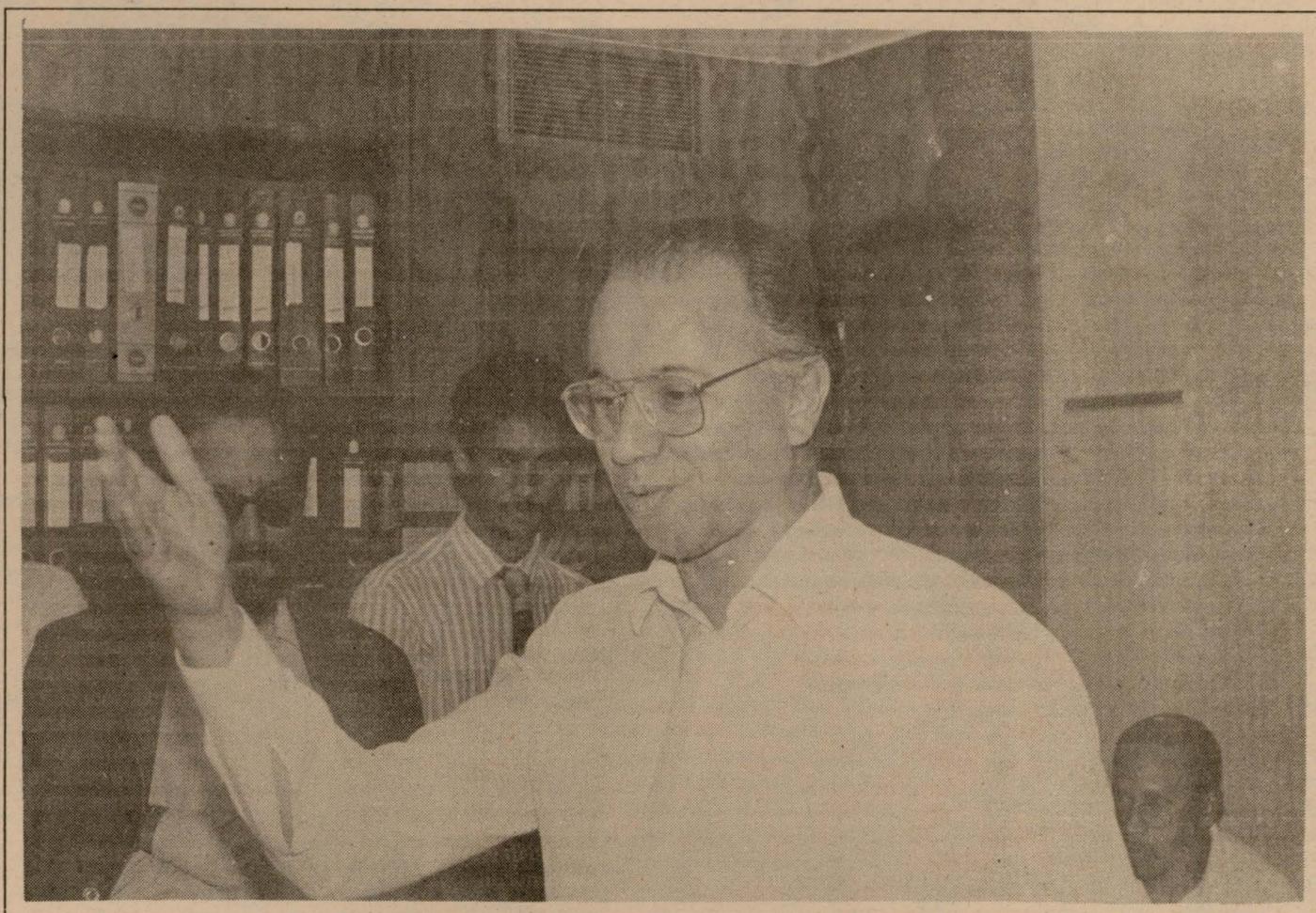
**As oposições correm o risco de se descaracterizar perante o povo brasileiro se caírem no canto de sereia do governo e participarem do jogo chamado "entendimento", um engodo de Collor para evitar o isolamento e obter apoio à sua política antipopular e antinacional. O alerta é do líder do PCdoB na Câmara Federal, Haroldo Lima, em entrevista a este jornal.**

**Classe** - O presidente Collor apresentou na quinta-feira passada um conjunto de propostas para o futuro da economia e da sociedade do Brasil, dizendo que esperava obter em torno daquelas propostas o amplo entendimento nacional. Qual a análise que você faz desse gesto e do conteúdo essencial das proposições do presidente?

**Haroldo** - Nós pensamos que o entendimento nacional merece muitas restrições de nossa parte. Primeiro: não estamos entendendo que esteja em pauta examinar a possibilidade de fazer um entendimento nacional com o governo federal. Este não é um governo de princípios democráticos. É um governo antinacional, da Medida Provisória nº 155, que entregou as estatais brasileiras ao capital estrangeiro, é um governo de arrocho salarial, da Medida Provisória nº 154. É o governo da recessão, é o governo que estabeleceu o recorde brasileiro de crescimento negativo desde 1947, com 4,6% negativos, coisa que nunca aconteceu na história do Brasil e só tem um paralelo no ano de 1981 a 1983, quando o crescimento também foi negativo, porém de 4,4% e de 3,4%, respectivamente.

Diante de um governo desse tipo, um governo que se volta também contra a classe média, o governo da mentira, o governo da bajulação, da submissão ao capital estrangeiro, um governo que não levou à prática nada do que eventualmente disse que faria quando foi candidato, como por exemplo, prender os marajás. Nós não poderemos discutir com um governo que não está a fim de discutir, um governo que está impondo sua política, que é a política da recessão como forma de combater a inflação, a política do desemprego, do baixo salário, da entrega das empresas nacionais brasileiras ao capital estrangeiro. Este é o governo que está procurando o acordo com o capital estrangeiro para o impasse da dívida externa e já começou com o pagamento recente de cerca de 300 a 400 mil dólares, como sinal inicial que mostra sua boa vontade em pagar os juros atrasados.

Nós achamos que examinar os problemas de fundo do Brasil é uma coisa correta. Agora, vamos fazer isso com



quem? Uma coisa é fazer isso nos marcos do Congresso Nacional, chamando para isso a sociedade civil, os setores organizados da sociedade civil que poderiam contribuir com suas visões específicas a respeito de determinados assuntos e que poderiam levar tudo isso a se expressar em projetos de lei e medidas que poderiam ser, eventualmente, valiosas dentro do Congresso e melhorar um pouco a situação de vida do povo brasileiro e da soberania nacional. A nossa opinião é que não cabe fazer esse tipo de discussão com o governo, mas sim, nos marcos do Congresso Nacional.

O governo se faz representar dentro do Congresso Nacional, através de seus líderes, tem líderes de partidos que apóiam o Governo, tem líderes do próprio governo, e por conseguinte, não caberia nós sairmos do Congresso Na-

cional para nos reunirmos com representantes do governo no Ministério da Fazenda, no Ministério do Planejamento ou coisa semelhante. Por isso, quando setores, inclusive de oposição, foram a esses ministérios discutir com a ministra Zélia e outras pessoas, Sr. Kandir, etc, diversas idéias de como sair da crise, de como formular uma política salarial, o nosso partido não compareceu. Nós declaramos que não íamos sair daqui. Mais recentemente o presidente do Congresso Nacional convocou uma reunião para um chamado Fórum Nacional, que estaria relacionado com a idéia do entendimento.

Nós, o PDT, o PT e o PSB nos reunimos à parte e constatamos que essa iniciativa, de convocação do Fórum, se fazia à margem de uma articulação e de consulta prévia com os partidos de esquerda. Nós, do PCdoB, por exem-

plo, não fomos sequer consultados. Nós fomos convidados para já irmos a uma reunião onde já se instalaria o dito fórum, com uma pauta já mais ou menos trabalhada. Nós, delicadamente, fomos a essa reunião e lá declaramos, logo de início, que não sabíamos o porquê daquela reunião, nem, muito menos, quais suas pretensões, nem aceitaríamos que uma pauta já tivesse sido acertada antecipadamente. Isso aconteceu há uma semana atrás. A reunião não avançou muito e convocou-se uma 2ª reunião, para quarta-feira que vem, na qual nós veníamos quais são os próximos passos que poderiam ser dados com relação a se buscar esse chamado fórum nacional. Nesse meio tempo, o governo apresentou ao povo brasileiro um pacote. Um pacote, por um lado, de intenções, por outro lado, de anúncios de medidas que ele tomará, especificamen-

te no nível do próprio Executivo, que cortaria esse tipo de medidas provisórias, etc. Como o pacote apresentado pelo governo está ainda a merecer um exame mais detido de oposição, o próprio PCdoB ainda está examinando isso com mais cuidado porque a coisa apareceu poucos dias atrás, no último final de semana.



Contudo, uma visão mais geral já nos indica que não mudou a linha geral da política que vem sendo impressa pelo governo. É um pacote que persevera na linha da entrega das empresas brasileiras ao capital estrangeiro. Busca agredir as conquistas fundamentais que foram feitas na Constituição. Reabre, ou melhor, antecipa sob o pretexto de um pacote de intenções, a revisão constitucional, procurando mudar a Constituição em aspectos básicos de direitos dos trabalhadores que ali foram conquistados. Ele pretende golpear o cidadão nacional em alguns aspectos muito decisivos, tipo a extinção do monopólio estatal do petróleo, a entrega dos portos, a extinção da universidade pública e gratuita. Nós de saída, já estávamos fazendo muitas restrições a esse entendimento e verificávamos que alguns partidos de oposição, inclusive o PT, expunham certas opiniões que pareciam estar dispostos a uma análise nova a respeito dessa temática. Não percebíamos nem um dado que nos levasse a uma postura nova. Contudo, em atenção ao PT, estávamos atentos a examinar se existiria, quem sabe, algum elemento inovador no quadro da situação política posta. O projetão que foi apresentado nos coloca um dado novo. É que o governo, longe de encaminhar-se no sentido de fazer concessões, quem sabe mudar ainda que secundariamente, aspectos fundamentais de sua política para permitir um debate com opositoristas, longe disso, ele persevera na mesma linha, ele anuncia todo um comportamento relacionado com a idéia de aprofundar essa visão antinacional, antipopular, supostamente dita de modernidade. Por conseguinte, ele se afasta mais ainda da hipótese de nós podermos discutir com ele projetos alternati-



vos. Nós, então, estamos atentos, já começamos conversas com os partidos de oposição, acabamos de trocar idéias com o próprio PDT, chamando a atenção que com esse dado novo, aquilo que já era complicado, que era um fórum, ficou impossível. De agora em diante não trabalhamos a idéia de participar de nenhum tipo de entendimento que insinue a possibilidade de nós estarmos dialogando com o governo a respeito desse projetão. O projetão merecerá de nossa parte, em princípio, oposição. Nós somos contra o projetão. É claro que

nós não somos contra o projetão como uma atitude oposicionista desinteligente, ou descabida, ou despropositada. Nunca as forças oposicionistas, aqui no Congresso Nacional, participaram do ponto de vista de serem contra as propostas do governo simplesmente porque são do governo, e ser contra em bloco, em definitivo e sem ressalvas. Nós somos contra porque elas, no geral, são incorretas, e é este o caso do projetão. O que não quer dizer que, localizadamente, não se procure fazer alguns avanços no sentido de defender certas conquistas e avançar no sentido de auferir algumas coisas positivas para o povo brasileiro.

O chamado entendimento, que o governo tanto bafeja, não se expressa nessa atitude supostamente nova da oposição de, localizadamente, discutir pontos especiais de projetos. Isso sempre fizemos e não significa que estávamos em entendimento. Nós sempre fomos oposição e sempre identificamos e procuramos acrescentar emendas e acrescentar aspectos que poderiam melhorar certos projetos. O que nós não entendemos é que a oposição deva vender ao povo a ilusão falsa de que de agora em diante nós estamos nos entendendo com o governo em busca de um projeto alternativo global para o Brasil. Isso não existe. Quem apresenta alternativa global para o Brasil é quem está no poder. E quem está no poder é o governo Collor. Um governo reacionário, um governo de direita, um governo da recessão, um governo pró-capital estrangeiro. A proposta dele é, do princípio ao fim, elaborada por ele. Nós contestamos essa proposta, apresentamos alternativas que nunca passamos e, localizadamente, conseguimos uma ou outra vitória, que vamos continuar buscando, o tempo todo. E no ambiente parlamentar vamos procurar dialogar, inclusive com os líderes do governo, com o objetivo de conseguir certas vantagens para o povo brasileiro e tentar impedir certas entregas absurdas que o governo pretende fazer de setores da vida nacional. Nos parece que essa é a postura de uma oposição séria, consequente, inteligente e coerente como os compromissos que assumiu com o povo.

**Classe** - Certos setores com grande expressão na política brasileira, como o PMDB dirigido por Quéricia, têm buscado se apresentar como de oposição. Os jornais dizem que o governador Fleury, de São Paulo, pretende realizar uma série de articulações com empresários com a finalidade de elaborar um pacto social. No entanto, esses mesmos setores têm colaborado com a ação do governo em momentos decisivos, como ocorreu na votação da Medida Provisória 295. Qual



o papel que eles podem desempenhar e como o PCdoB se relaciona com eles nesses problemas?

**Haroldo** - Eu acho que essa iniciativa que Quéricia e o PMDB parecem buscar, de um mecanismo para viabilizar o chamado entendimento nacional, com a participação de setores empresariais, corresponde a esse esforço feito no Congresso Nacional e tem o sentido de valorizar o PMDB e a candidatura Quéricia à presidência em 1994. Quéricia quer mostrar também diferenças em relação ao governo Collor. Mas nós achamos que este é um terreno baldio. Tenho a impressão que esse tipo de debate deveria ser feito sem essa participação do governo e que os líderes empresariais também deveriam procurar o Congresso Nacional para expor seus pontos de vista e sem criar, necessariamente, um fórum, no qual está sempre subjacente a idéia de um instrumento de diálogo com o governo. Eu acho que um projeto global para o país se identifica mais com o programa geral de governo e quem for candidato a presidente da República, como é o caso do senhor Quéricia, deveria fazer esse projeto, mas não há necessidade de vincular todas as oposições à elaboração de tal projeto.

O que nós queremos fazer aqui, no Congresso Nacional, é a discussão de questões localizadas, questões concretas que estão aí, em pauta, no ambiente legislativo, proposta pelo governo ou de iniciativa do próprio Congresso, que não pode ficar o tempo todo na dependência do Executivo. Acreditamos que devemos reconquistar a autonomia e a independência do Legislativo, não só extirpando dos costumes nacionais esse hábito do governo editar provisórias indefinidamente, como também elaborando projetos de leis novos, relacionados com o momento político e as necessidades do povo.

**Classe** - O acirramento da crise que você já caracterizou tem levado não só ao desgaste da base popular e política do governo como também a uma certa crise entre setores das classes dominantes que pretendem implantar um projeto neoliberal. Então existem certos setores que colaboraram intensamente na campanha de Collor, como grandes empresários, a própria Fiesp, hoje fazendo críticas cada vez mais contundentes contra o governo. Parece haver uma crise na implantação do projeto neoliberal. Diante dessa situação, não é urgente a articulação ampla das forças populares para apresentação de uma posição nova, uma alternativa nova para o desenvolvimento do Brasil que se contraponha à alternativa do governo?

**Haroldo** - Esses problemas que têm surgido entre setores das classes dominantes, que recentemente chegaram a apoiar abertamente o governo, mas que sob certos aspectos contestam posições do mesmo, têm levado a uma reflexão diferenciada por parte dos setores políticos. Alguns acham que isto está criando um risco de ingovernabilidade do país e que, em decorrência, é necessário um entendimento para evitar uma crise institucional mais grave, que não

interessa a ninguém. Outros setores compreendem que, justamente no momento em que o governo passa a enfrentar dificuldades crescentes, não seria o caso de buscar o caminho do entendimento para salvar o governo, dar-lhe credibilidade e respaldo, a partir de pontos ligados a projetos alternativos. Nós achamos que projetos alternativos, com a participação da oposição, não poderiam ter a marca decisiva que o governo está impondo, que é a marca da recessão, do entreguismo deslavado, da corrupção e do arrocho salarial. Com essas coisas nós não temos entendimento a fazer com ninguém. E se o governo, com essas marcas, está tendo dificuldades de governar o país, não será com nosso apoio que ele vai resolver seus problemas, pelo contrário.

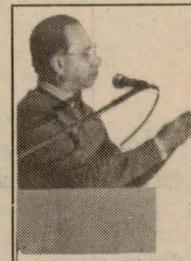
Nós estamos com o objetivo de criar um amplo movimento popular, democrático, de massas e com apoio dos setores mais amplos, para contestar o governo e sua política. Se ele sentir impossibilidade de governar que mude sua política. Afim, mudando a política, em sua essência, ele poderia criar uma situação diferente no país.

O governo não está indicando qualquer nada neste sentido, até agora. O seu projetão mostra que, ao invés de trabalhar no sentido da mudança, ele faz tudo para preservar sua política, acenando com algumas mudanças de fachada, demagógicas, sem profundidade e sem seriedade. O governo, por tudo isto, não dispõe de credibilidade para fazer acenos de entendimento.

O argumento de que as contradições crescentes com que o governo se depara podem conduzir à ingovernabilidade e, a partir daí, o apelo ao entendimento com vistas a um projeto global, precisa ser melhor examinado. Projetos globais, alternativos, se por isso está se entendendo uma proposição geral programática para o Brasil, de um Brasil progressista, respeitador dos direitos do povo, são necessários e com isto estamos de acordo. Porém, não vamos elaborar projetos de leis detalhados junto com o governo ou com setores do governo, não faz sentido, visto que ele representa interesses de setores contrários ao povo.

Se com projetos de leis detalhados, como dizem alguns, pretendemos mudar a política econômica do país, e ainda mais em conjunto com o governo, na nossa opinião isso é uma ilusão. Nós não temos condições de fazer isto.

A correlação de forças, inclusive no Congresso Nacional, não nos permite elaborar detalhadamente uma linha de atuação que, ao ser aprovada no Congresso, mudaria a política econômica. Essa questão me parece perigosa porque pode vender ao povo a idéia de que existe uma possibilidade concreta, de comum acordo com o governo, de alterar a sua política. Não é verdade: Eu acho que se a oposição lutar nessa via se descaracterizar perante o povo brasileiro.



# Agrava-se a crise albanesa

José Reinaldo Carvalho

Uma crise política sem precedentes na história moderna da Albânia tomou nas últimas semanas a forma de rebelião contra o poder popular e levou o governo dirigido por Ramiz Alia à quase perda de controle da situação. Praticamente se repetiu no "país das águias" os mesmos fenômenos que ocorreram no Leste europeu em fins de 1989 e no começo do ano passado.

Multidões enfurecidas bradando slogans anti-comunistas e pedindo sangue ocuparam no dia 20 de fevereiro as principais avenidas e praças de Tirana e derrubaram o monumento dedicado ao fundador do Partido do Trabalho e da nova Albânia democrática e popular. Fatos semelhantes aconteceram em Durrës e Korça.

## A Nação em Perigo

O presidente Ramiz Alia, que é ao mesmo tempo primeiro-secretário do Partido do Trabalho da Albânia, foi duas vezes à televisão e em cadeia nacional falou aos albaneses em tons dramáticos: "o país chegou a um ponto crítico; fazem-se esforços de todos os tipos para dividir o povo, ofender sua consciência. Estão em perigo a liberdade, a independência e a soberania nacional", disse Alia no dia 20, quando foi derrubada a estátua de Enver Hoxha em Tirana. Três dias depois o líder albanês fez novo pronunciamento para afirmar que até agora tudo fizemos para evitar o derramamento de sangue". Depois de dizer que grupos armados atiraram contra as "forças da ordem" lançou no ar a pergunta: "Temos força para evitar a guerra fratricida?" Ele próprio responde afirmativamente.

Mas os acontecimentos que se seguiram dão mostras das dificuldades que o governo de Tirana está tendo para controlar a situação. Menos de duas semanas depois das manifestações de massas que resultaram na derrubada da estátua de Enver Hoxha, outros graves acontecimentos agitam o país. Milhares de albaneses (segundo agências noticiosas, mais de 20 mil) atravessaram ilegalmente a fronteira e em navios ocupados à força rumaram para a Itália. A emigração em massa, resultante da difícil situação econômica que a Albânia atravessa, transformou-se num problema político de dimensões internacionais.

## Ofensa Imperialista

O imperialismo aproveita-se da situação e lança-se na ofensiva para fazer cair a "última pedra do dominó". Acena com sinal verde para que seja dada "ajuda" econômica à Albânia, não sem antes tripudiar, referindo-se ao "estado de indigência" do país e do povo. Mas a concessão de ajuda para que a Albânia sobreviva economicamente está condicionada à aplicação pelos seus dirigentes de uma plataforma que inclui a organização de um novo Estado e até uma espécie de "interdição branca" do PTA. Em suma, ao pôr as cartas na mesa o imperialismo exige a extinção do poder popular e a rejei-

ção ao comunismo. Que exista e sobreviva a Albânia, mas não uma Albânia progressista.

As notícias que chegam de Tirana mostram um desenvolvimento contraditório da situação. O governo condena a derrubada da estátua de Enver Hoxha, mas consente em retirar seu nome da Universidade, atendendo à exigência dos estudantes grevistas. Ao mesmo tempo, o presidente Ramiz Alia dissolveu o Gabinete e formou um novo, quando a renovação do governo estava prevista apenas para depois das eleições de 31 de março. Além disso, foi criado um novo órgão de poder, o Conselho Presidencial. Na política externa, observa-se um distanciamento em relação às posições progressistas - apoio explícito à coalizão imperialista que massacróu o Iraque e estabelecimento de relações diplomáticas com Israel. Assim, ao mesmo tempo que conclama o povo à unidade para levar adiante o processo de democratização e resolver os angustiantes problemas econômicos da Albânia, os dirigentes do país cedem aos adversários internos e ao imperialismo. E de cedência em cedência tornam-se reféns de exigências das forças contra-revolucionárias e anticomunistas.

Como indicam as matérias reproduzidas do órgão central do PTA, o jornal *Zeri i Popullit*, muitos setores da população albanesa revoltaram-se com os atos de vandalismo promovidos pelas forças contra-revolucionárias e estão a exigir do governo medidas enérgicas de combate a estas ações. (Veja pág. 7).

Não se tem elementos para afirmar se tais manifestações são fortes o suficien-



Dos operários saem vozes condenando a contra-revolução

te, dentro de uma conjuntura internacional tão desfavorável, para fazer prevalecer a existência de uma Albânia democrática e progressista ou se os acontecimen-

tos dramáticos em curso no país do Adriático continuarão apontando para o mesmo desfecho melancólico dos países do Leste.

## Combater os vândalos com vigor

**Diante dos acontecimentos na Albânia, ocorridos nas últimas semanas, o Partido Comunista do Brasil enviou mensagem ao Comitê Central do Partido do Trabalho da Albânia, manifestando sua solidariedade à luta para conter a onda contra-revolucionária que assola o país. A contra-revolução pode trazer a guerra civil, ao sabor dos interesses do imperialismo, com conseqüências catastróficas à Nação Albanesa.**

Ao Comitê Central do Partido do Trabalho da Albânia

Camaradas,

Acompanhamos com profunda preocupação os acontecimentos explosivos e dramáticos em curso na Albânia. Aproveitando-se de uma conjuntura econômica objetivamente difícil e explorando debilidades políticas, forças obscurantistas e reacionárias, anti-albanesas, anti-democráticas e anticomunistas, estão levando a Albânia a um estado de rebelião contra o poder popular. A Albânia está em perigo,

as conquistas democráticas e populares obtidas com ingentes sacrifícios durante 46 anos de revolução e construção de um novo regime acham-se ameaçadas.

Conquanto possam estar envolvidas nas manifestações políticas ocorridas em 20 de fevereiro pessoas ingênuas e manipuladas, ficou evidente que se encontra em curso na Albânia uma contra-revolução de caráter anticomunista. Chegamos ao ponto, para estupor do mundo progressista e civilizado, de vilipendiar os monumentos das figuras mais destacadas da história do povo. Os atos de vandalismo e histeria anticomunista atingiram o ápice em Tirana e outras cidades com derrubada da estátua de Enver Hoxha, fundador do Partido do Trabalho, dirigente da luta de libertação nacional, comandante da construção da nova Albânia democrática e popular, marxista-leninista e internacionalista destacado.

As informações que chegam de Tirana mostram uma sociedade dividida. A luta de classes assume formas agudas e o país se encontra à beira de uma catástrofe. A guerra civil bate às portas da

Os comunistas brasileiros manifestam sua mais profunda indignação com o movimento contra-revolucionário. A persistir e desenvolver-se, levará a Albânia ao abismo, comprometerá sua própria identidade nacional e integridade territorial. As forças que o industrialismo estão interessadas na desestabilização do país, em pôr abaixo o poder popular e destruir uma a uma as conquistas democráticas do povo albanês.

É preciso combatê-las com vigor e energia. Os vândalos que manipulam as massas nas ruas de Tirana são inimigos do povo e da Albânia.

Amigos que somos da Albânia e de seu povo, manifestamos nosso apoio e solidariedade a todos quantos resistem em seu país à onda contra-revolucionária. Renovamos nossas esperanças em que, lutando com denodo e determinação, os albaneses saberão derrotar seus inimigos e pôr fim à aventura contra-revolucionária que empreendem.

Centro de Documentação e Memória  
João Amazonas  
Fundação Maurício Corrêa do Brasil

# Atos na Albânia contra a direita

O quadro é de convulsão social na República Popular e Socialista da Albânia mas, além das manifestações anticomunistas - que ameaçam as conquistas democráticas do povo - levantam-se vozes de operários albaneses em sentido contrário. Eles escrevem ao presidente Ramiz Alia e pedem medidas corajosas, socialistas, para tirar o país do impasse.

Representantes de cinco mil companheiros de diversas regiões do país, que exprimiram seu desejo e sua vontade livres e que são ativistas infatigáveis pelos verdadeiros ideais da democracia e do reforço da estabilidade de nossa pátria querida, reunidos na cidade histórica de Berat, decidimos criar a União dos ativistas voluntários "Enver Hoxha" e fizemos juramento perante a bandeira nacional.

A União dos ativistas voluntários "Enver Hoxha" não é um novo partido político nem uma associação criada para defender os interesses de algum partido especificamente. (...)

A liberdade e a democracia

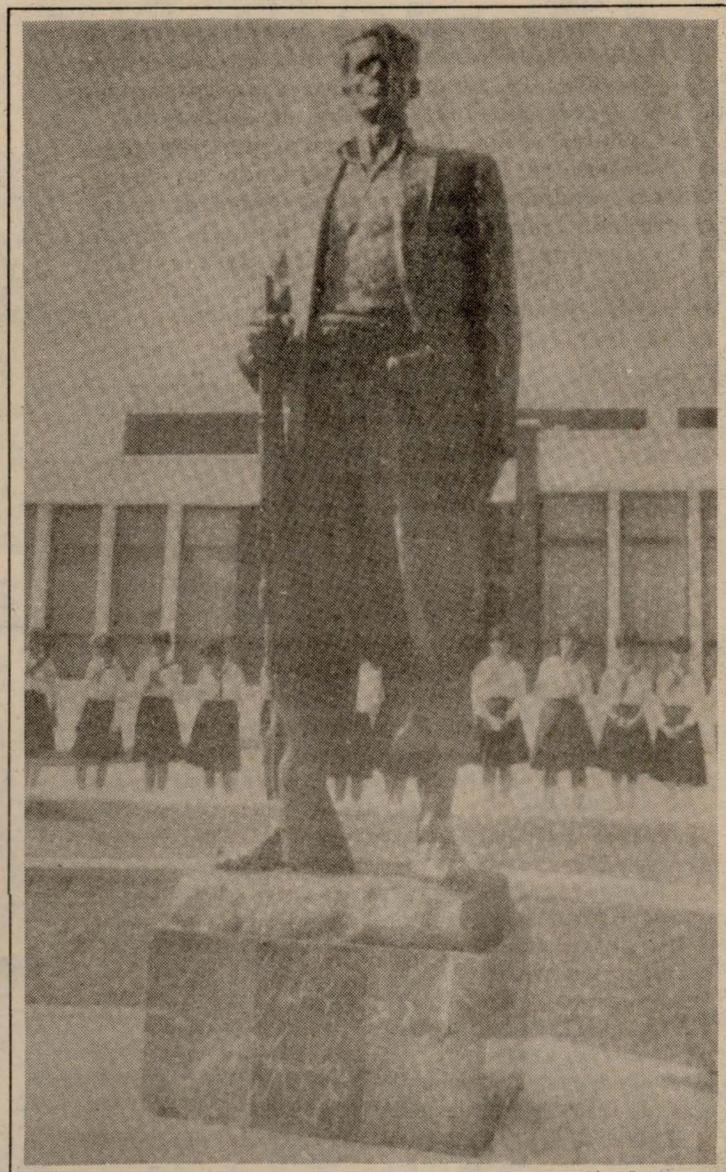
não chegaram hoje. Elas foram trazidas pelo sangue de 28 mil mártires, pelas feridas de nossos honrados veteranos. A liberdade e a democracia foram cimentadas pelos milhares e milhares de trabalhadores heróicos que lançaram as pedras fundamentais das usinas e das fábricas, que com seus corpos mergulhados na água construíram hidrelétricas que estão entre as maiores da Europa. A liberdade e a democracia foram cimentadas pela juventude heróica nas estradas de ferro, pelo elevado pensamento científico para servir ao povo. A liberdade e a democracia foram cimentadas por todo este povo que sobreviveu durante séculos em meio ao fogo e à devastação das guerras. (...)

## Passado glorioso

Quando iniciamos em 1945 nosso caminho rumo à Europa, estando atrasados 2 mil anos em relação à Europa por culpa da Europa, fomos pela amizade e a colaboração com os povos desse continente, mas sem depositar esperança em que a transição da terrível Idade Média aos dias luminosos

se daria graças à Europa, mas em primeiro lugar como resultado do nosso esforço. Sacrifícios sobre-humanos foram feitos para que a Albânia sãsse da milenar tragédia e conhecesse finalmente a luz da vida. Não há muito tempo, mas há apenas 25 anos, os militantes do Partido do Trabalho percorriam as montanhas para convencer o camponês a enviar suas filhas às escolas média e superior. Hoje é fácil escrever e gritar sobre algumas carências existentes no campo, mas quão difícil foi no passado convencer o camponês a mandar sua filha à escola. Hoje é fácil escrever e gritar sobre a unidade, mas quão difícil foi há 25-30 anos conciliar todas as regiões da Albânia.

É fácil hoje escrever e gritar que devemos ir rumo à Europa, mas quanto trabalho colossal foi necessário para ir precisamente até ela. Estas pessoas não compreendem que a vida e a obra de Enver Hoxha não se dividem em algumas parcelas porque a glória dessa vida e dessa obra colossais foi conferida de uma vez para sempre pela história que leva a assinatura do povo!



Na carta dos operários, o exemplo do herói Myslym Peza para lutar

## Revolucionários querem preservar os valores nacionais

Os relatos que seguem, extraídos do jornal albanês "Zeri i Popullit" dão conta de ações promovidas por trabalhadores, em várias regiões da Albânia, defendendo o passado revolucionário e seu líder maior: Enver Hoxha.

**Gransh** - Desde a manhã do dia 23/02 as pessoas passeavam em grupos portando nas mãos retratos de Enver Hoxha e gritando: "Albânia, Enver, estamos sempre a postos". Realizou-se um comício que foi aberto por Xhelil Dymishit, presidente local da União dos ativistas voluntários "Enver Hoxha". Ele expressou a dor profunda do povo de Gransh com os fatos ocorridos. Os jovens da região exigiram a demissão do primeiro secretário do CC da UJTA, Lisen Bashkurti, o qual com suas posturas e declarações não representa sequer minimamente os interesses e os ideais da juventude. Os participantes do comício se solidarizaram com os comícios realizados em Permet, Shkrapar, Kuçova, Gjirokastra (terra natal de Enver Hoxha) e outras cidades. Foram feitos chamamentos à verdadeira de-

mocracia, para que o povo albanês prospere e se torne cada vez mais culto e pela paz social e unidade nacional.

**Kolonje** - Durante a manifestação popular na região, a União dos ativistas voluntários "Enver Hoxha" divulgou documento enviado à Assembléia Popular, ao Conselho de Ministros e a todos os partidos políticos do país pedindo a reinstalação em seus lugares originais dos monumentos e bustos do camarada Enver Hoxha. Os oradores lançaram palavras de ordem como "Enver Hoxha é nosso". Em toda a região foram criadas seções da União dos ativistas voluntários "Enver Hoxha".

**Korça** - Trabalhadores de diversas aldeias reuniram-se em Maliq, onde realizaram um comício. Foi feita a exigência que se recoloque na empresa agrícola "Enver Hoxha" o retrato do líder albanês morto, o que foi feito imediatamente.

**Tirana** - Ontem, dia 26/02, na praça onde fica o monumento do Herói do povo Myslym Peza no povoado de Peza, região de Tirana, centenas de

cooperativistas de todas as aldeias dessa região, trabalhadores da empresa agrícola "George Dimitrov", veteranos da cidade de Tirana, jovens, pioneiros de Enver etc, reuniram-se para manifestar mais uma vez sua indignação com o ato da derrubada do monumento de Enver Hoxha em Tirana. Entre outras coisas os manifestantes se solidarizaram com os estudantes e oficiais das escolas militares de Tirana que exigem a reinstalação do monumento de Enver Hoxha no local onde estava. "E exigimos também que seja erguido um monumento a Enver Hoxha aqui, no coração de Peza". Durante o comício os manifestantes deram vivas ao Partido do Trabalho, a Enver Hoxha e Ramiz Alia. O membro do Conselho Presidencial Haxhi Lleshi disse entre outras coisas que a luta pela libertação da pátria uniu os moradores de Peza a Enver Hoxha.

Semelhantes comícios foram realizados também nas regiões de Skrapar, Tepelena, Lushnje, Vlora, Berat e Progradec, Saranda, Shkodra, Dibra, Kukes e Mat.

## Manter o símbolo de nossos mártires

Os nossos sentimentos nunca foram tão ofendidos desde o dia 7 de abril de 1939. O nosso orgulho nunca foi tão rebaixado como no dia de luto de 20 de fevereiro de 1991.

Enver Hoxha é o símbolo do sangue de 28 mil mártires, símbolo do novo Estado albanês, símbolo da não submissão e de preservação do orgulho nacional durante mais de 40 anos consecutivos.

Não é possível suportar que sua estátua seja arrastada pelas ruas de Tirana, aquelas ruas que o povo atapetou de flores para a passagem do Enver Hoxha libertador em novembro de 1944. Por aquelas ruas, onde bradamos com todo o espírito saudando-o, onde acompanhamos seu féretro com lágrimas nos olhos e dor no coração. A derrubada de sua estátua, a lama atirada sobre sua obra imortal, atingem a dignidade de todo o povo que o seguiu com fidelidade e ao seu lado escreveu a história da nova Albânia. Não deu ao nosso povo tanta luz, cultura e desenvolvimento, nunca

obtidos ao longo de séculos e que nos levou continuamente às portas da Europa.

A nossa pátria devemos tudo e estamos dispostos, se necessário for com o próprio sangue, a defendê-la das forças obscurantistas, que, segundo nos parece, são dirigidas por velhos e novos inimigos. Não há humanismo mais elevado do que defender o poder do povo, os seus desejos e aspirações, o sangue dos mártires, o legado dos antepassados.

Nestes momentos difíceis para os destinos da Nação, fazemos a você um chamamento, e por seu intermédio a todas as forças progressistas, a agirem corajosamente e sem perda de tempo pelo bem da democracia, sem permitir a ninguém que nos imponha a vontade de indivíduos ou agrupamentos em nome da democracia. Estamos a postos, de pé, pela Albânia democrática e por ela tudo faremos. (Carta assinada por 1.060 operários da cidade de Bajram Curri - 21.2.91)

# A Delicada situação do Oriente Médio no Pós-Guerra

Lejeune Mato Grosso

Não terminaram os problemas internos no Iraque, ainda que a guerra tenha formalmente acabado. Divulga-se amplamente pelos meios de comunicação de massa, que "uma guerra civil toma conta do país". Tirados os exageros da imprensa, temos que analisar os fatos para termos uma melhor compreensão do processo político do Oriente Médio no pós-guerra.

## A "pax americana"

Nos últimos dias da guerra a estratégia iraquiana precisou ser radicalmente modificada. Por volta de 20 de fevereiro, a ordem aos exércitos iraquianos era a de se retirarem do Kuwait, para garantir a defesa de Bagdá. Os fatos mostraram o que sempre se disse durante os 42 dias de guerra dos EUA contra o Iraque: o objetivo do imperialismo norte-americano sempre foi o de destruir a nação iraquiana, derrubar Saddam Hussein e massacrar o seu povo.

De fato o massacre ocorreu. As tais "operações cirúrgicas" (sic), não tinham nada de precisas. As bombas foram jogadas aleatoriamente para, de uma maneira ou de outra, destruir o poderio iraquiano, para dobrar a resistência de um povo que estava ousando enfrentar o Império. Assim, em 107 mil missões aéreas, mais de 500 mil toneladas de bombas de alto teor explosivo foram jogadas sobre o Iraque (isso equivaleria hoje a mais de 20 bombas atômicas iguais as que destruíram Hiroshima e Nagasaki durante a Segunda Guerra Mundial).

O confronto terrestre ocorreu com a invasão do território iraquiano por duas frentes ao sul, integradas por soldados e equipamentos militares não só dos EUA, mas da França e da Inglaterra (as mesmas potências que dividiram entre si a região no começo do século, quando do acordo Sikes-Pikot em 1916).

Essa estratégia militar acabou por cortar as linhas de abastecimento das tropas iraquianas que, já debilitadas por 42 dias de ininterruptos bombardeios, acabaram não oferecendo resistência. A invasão do território iraquiano, extrapolando as decisões da ONU, ocorreu até um nível próximo a 300 km de Bagdá, quando então os exércitos pararam.

## "Guerra civil" no Iraque

Aproveitando-se de uma real debilidade das forças iraquianas, os grupos religiosos xiitas, que mantêm divergências históri-



cas com os sunitas e são apoiados pelo Irã, começaram uma rebelião no sul do Iraque e nas fronteiras do Kuwait (província de Baskah), exatamente nas localidades onde se concentram os exércitos invasores.

Lamentavelmente a posição do governo iraniano neste momento serve aos interesses do imperialismo norte-americano e seus aliados desta guerra contra o povo iraquiano. Se durante a guerra a posição do governo do Irã foi ruim, tentando manter uma suposta neutralidade, neste momento esta posição fica ainda pior, na medida que insufla e estimula grupos religiosos a se levantarem num momento tão delicado.

Fala-se ainda em levante também ao norte, na região onde fica parte do Curdistão. Historicamente, a população curda reivindica parte do território iraquiano como sua.

No último discurso de Saddam Hussein feito à nação, transmitido pela TV estatal no dia 6 de março, ele garantia que a rebelião do sul havia sido controlada pelo exército. Prometia ainda maior democratização do país. No momento em que escrevemos, reúne-se em Bagdá o Comando do Conselho Revolucionário (uma espécie de parlamento) para tomar medidas de ampliação das liberdades e da democracia.

## Razões da derrota do Iraque

É preciso que debatamos os reais motivos pelos quais o então poderoso exército iraquiano foi derrotado. Um deles relaciona-se evidentemente com o cenário da guerra. O deserto, como o palco da guerra clássica, permite a utilização de equipamento militares de alta tecnologia. Diferente de como foi o Vietnã, no deserto do Oriente Médio não há montanhas, não há selvas, grutas, pântanos, etc., ou outros locais onde se pudesse aplicar outras táticas militares (em especial a da guerra de guerrilhas). E é inegável a superioridade militar americana.

Fundamentalmente, arrolamos duas grandes questões que, em nosso entendimento, levaram o Iraque a uma derrota na guerra:

1º) Durante toda a preparação da guerra e após a sua deflagração, o Iraque trabalhou com a hipótese de que os povos árabes, sejam os de países cujos governos são progressistas e estiveram ao lado do povo iraquiano, ou mesmo naqueles países onde os governantes estavam na coalizão anti-Iraque, se levantariam e entrariam em guerra. Chegou-se a trabalhar com a idéia que no Egito, na Síria e na Arábia Saudita, as "massas iriam passar por cima dos governos".

Isso de fato não se deu. Ainda que uma parte significativa dos governos árabes ficassem solidariamente ao lado do Iraque na guerra, efetivamente isso não

se refletiu em apoio militar, ou declaração de guerra ao imperialismo. Presenciamos manifestações de milhões, mas que não acarretaram em apoio militar concreto. Na Jordânia, haviam mais de 350 mil voluntários prontos para entrar na guerra, mas o governo não autorizou; no Paquistão haviam mais de 500 mil homens prontos para atravessar o Irã e se apresentar ao exército iraquiano, mas isso foi impedido pelo governo iraniano; Muammar Kadafi, líder líbio, capitaneou uma manifestação em Trípoli de mais de 1 milhão de árabes, mas que não resultou em entrada na guerra; no Marrocos (país que enviou tropas contra o Iraque), viu-se manifestações que só puderam ser comparadas em tamanho às de 56, quando da independência; na Argélia e na Tunísia, países progressistas do norte da África, viu-se demonstrações de massa com centenas de milhares de pessoas, mas que só ficaram nisso mesmo, em manifestações políticas e nada mais; no Iêmen Democrático, mais de meio milhão de árabes se manifestaram contra a presença de tropas invasoras na vizinha Arábia Saudita; a Síria precisou prender 60 mil pessoas, para conter os protestos.

Dessa forma o Iraque teve apoio político amplo das massas árabes, mas isso não foi suficiente para se transformar em apoio militar. 2º) O fator Israel. Durante

os cerca de 40 dias de guerra, o Iraque bombardeou Israel com uma média de 1 míssil Scud por dia (ao todo foram 36). O objetivo do governo iraquiano era que Israel respondesse, entrando na guerra, o que forçaria a entrada na guerra da maioria dos países árabes e quebraria a coalizão anti-Iraque.

O que se viu de fato foi que isso não se deu. Um país como Israel que, ao ser atacado por pequenos agrupamentos da guerrilha palestina, nunca exitou em bombardear o sul do Líbano, com pesados ataques aéreos, que em pequenas coisas sempre retaliou de forma radical, nesta guerra porém, ao preço de 13 bilhões de dólares (preço cobrado para não retaliar), o Estado sionista não contra-atacou.

Assim, militarmente e politicamente falando, era previsível que as dificuldades do Iraque se agravassem com o passar dos dias. Isso mesmo com a solidariedade dos democratas e internacionalistas de todo o mundo.

## Perspectivas de paz

Várias são as propostas que estão colocadas na mesa de negociações. O próprio James Baker acaba de terminar seu périplo por diversos países do Oriente Médio e à URSS. George Bush vistou recentemente e manteve encontros com John Major, primeiro ministro da Inglaterra e com François Mitterrand, presidente da França. As discussões giram em torno da paz do pós-guerra.

Israel, invariavelmente, se coloca em campo contra qualquer negociação. Ou, só negocia com os interlocutores que quer. Não reconhece a OLP como legítima representante dos palestinos. A OLP é membro observador da ONU na condição de representante do Estado Palestino; a OLP é membro de plenos direitos da Organização da Conferência Islâmica (43 países), sendo seu vice-presidente permanente; a OLP é membro do movimento dos países não alinhados, congregando 103 nações, sendo um dos vice-presidentes do movimento. Não se pode chegar a paz sem a OLP. Só se "consegue" a paz entre inimigos. Com nossos amigos e aliados já mantemos a paz. Assim, se Israel considera a OLP como inimiga dos israelenses, deve dialogar e tentar a paz com essa organização. Tentar substituir a OLP artificialmente por outros países não levará a nada. Mesmo o Egito, que se colocou na coalizão anti-Iraque, não aceita dialogar com Israel, em substituição aos palestinos da OLP.

Por isso, somam-se os esforços neste momento, no plano diplomático e nos fóruns internacionais da ONU, para a convocação de uma Conferência Internacional de Paz para o Oriente Médio. Devem participar dessa Conferência os países membros do Conselho de Segurança da ONU, os países envolvidos no conflito árabe-israelense e a OLP.

Já os planos sionistas são bem diferentes disso. Lançado em 89, o que se chamou de Plano Shamir-Rabin, então diametralmente oposto às propostas da OLP. O atual primeiro ministro de Israel, Ytshak Shamir, em declaração de 19 de mar-

ço ao parlamento israelense (Knesset), reafirmou a sua negativa de negociar qualquer território com a OLP. Mesmo em se tratando da recente negociação de James Baker com líderes independentes palestinos dos territórios ocupados, como Faisal Husseini, têm sido rechaçadas por Shamir. Sua proposta, apresentada há dois anos, resume-se nos seguintes pontos:

1º) realização de eleições nos territórios ocupados para a escolha dos representantes que deverão negociar com Israel e servir como administração autônoma por um período de transi-

ção;

2º) só poderão se candidatar os palestinos que aceitarem integralmente todo o processo, que se inspira nos acordos de Camp David de 79 e nas resoluções do Conselho de Segurança da ONU nºs 242 e 338;

3º) as negociações sobre o "status" final dos territórios começariam somente 3 anos após as referidas eleições;

4º) não haverá Estado Palestino; nada de negociações com a OLP; somente a Jordânia e o Egito seriam convidados a participar das

negociações.

Como se vê, essas propostas não avançam no sentido da construção de uma paz justa e duradoura para a região conflitiva do Oriente Médio. O endurecimento do gabinete israelense pode provocar fissuras internas no próprio Partido Likud, do primeiro ministro Shamir. Em declarações recentes à imprensa, o general Dan Shomron, chefe do Estado Maior do Exército Israelense, afirmou que para se chegar à paz, será preciso negociar a questão dos territórios. Isso é, em síntese, a proposta Bush-Baker, que consiste na troca de "terras pela paz".

Uma coisa é certa: neste pós-guerra que se apresenta com enormes dificuldades, fica mais difícil a luta daqueles que defendem a paz justa, a democracia mais avançada, as amplas liberdades. Mas nada demoverá os palestinos na sua caminhada em direção ao seu Estado democrático, laico e independente na Palestina.

*Lejeune Mato Grosso é sociólogo e professor da Unimep e colaborador d'Classe Operária.*

## A "nova ordem internacional" de Bush

Uma prova irrefutável da liderança e do direito à hegemonia dos Estados Unidos sobre o mundo. Assim deve ser entendido o resultado da guerra contra o Iraque, na opinião do presidente norte-americano, George Bush que, em recentes declarações à imprensa, ainda lançou o seguinte desafio: "quem quiser que ou-se provar o contrário".

A arrogância do líder republicano é reveladora. Especialmente sobre a "nova ordem internacional" cujos alicerces o imperialismo ianque pretende ter estabelecido a partir do conflito no Golfo Pérsico. Deixa evidente, igualmente, a determinação de usar o poderio bélico, quando e na medida em que for necessário, para manter a própria hegemonia.

### Contradições

As palavras do presidente não são gratuitas. A consciência de que a história cobra o fim da posição conquistada no mundo capitalista pelos Estados Unidos desde o término da Segunda Guerra tornou-se mais aguda no decorrer da década de 80 e influenciou inclusive uma parcela razoável das elites americanas. A polêmica em torno da dimensão do declínio ianque tem se constituído em um dos passatempos preferidos dos acadêmicos nos últimos anos e as conclusões quase sempre soam incômodas aos ouvidos dos governantes.

A estratégia do Pentágono no golfo esteve desde o início orientada pelo interesse de frear a tendência ao declínio, sustentando a hegemonia se possível em bases mais amplas e seguras. Aparentemente não poderia haver oportunidade mais favorável do que a oferecida pelo conflito que teve como pretexto a

invasão do Kuwait pelo Iraque, em boa medida insuflada pelo próprio governo dos EUA, conforme indicam as conversas mantidas entre Saddam Hussein e a embaixadora norte-americana antes do dia 2 de agosto de 1990 e outros acontecimentos que futuramente talvez sejam melhor esclarecidos.

O exercício da hegemonia norte-americana (hoje como superpotência global), com a espetacular demonstração de liderança militar, foi com efeito facilitado pela excepcionalidade do momento histórico. Contando aí, em primeiro lugar, o fim da chamada guerra fria, que caracterizou a diplomacia mundial desde 1947 até a virtual desintegração da União Soviética e a política pró-ocidental de Gorbachev, dando ensejo à necessidade de um novo reordenamento do poder mundial.

Paralelamente, ocorria o relativo declínio do poderio norte-americano, e de fato a perda da hegemonia econômico-financeira, tendo por contrapartida a emergência de duas novas grandes potências: o Japão, em primeiro plano, transformado durante a década passada no maior credor do mundo; e a Alemanha. Isto se processava e ainda se processa, contudo, em contradição com a ordem internacional herdada do pós-guerra, mas nos limites desta. Desta forma, a Alemanha está confinada à OTAN e ainda com as restrições, inclusive constitucionais, impostas pelos aliados vitoriosos. O Japão, até hoje com tropas norte-americanas em seu próprio território, resente-se de limitações parecidas. Os dois países também não dispõem de força militar expressiva em comparação à dos EUA. Por fim, a economia mundial ain-

da se movimenta, trôpega, prisioneira dos acordos fixados em 1944, em Bretton Woods.

Esse conjunto de fatores, usado com inegável habilidade, favoreceu a estratégia norte-americana. Os EUA conseguiram não uma aliança relativamente ampla contra o Iraque, também forçaram os seus potenciais, e neste momento impotentes, rivais a financiarem parte da aventura, ao que parece superestimada para render alguns bilhões de dólares (Wolfgang Roth, um especialista em economia do Partido Social Democrata alemão, alertou o governo a não completar sua contribuição à guerra no golfo, prevista em 11 bilhões de dólares, pois estima que os EUA tiveram um superávit de US\$ 18 bilhões na contabilidade envolvendo os gastos no conflito. Uma mal disfarçada extorsão).

### Novos perigos

A necessidade de uma nova ordem internacional realmente tinha sido colocada e, objetivamente, pela vida. A pretensão dos Estados Unidos em liderá-la, ou melhor, estabelecê-la conforme seus próprios interesses, porém, vai na contramão das tendências mais profundas em curso no atual período histórico. As bases que sustentaram a hegemonia ianque ruíram; reforçar o controle sobre o Oriente Médio, como pretende Bush, não refresca muito. É pouco provável inclusive que consiga retardar a marcha do declínio econômico, a esta altura irreversível.

Resta aos EUA a força militar e é com base quase exclusiva nela que Bush reafirma a hegemonia do imperialismo ianque e desafia os que dela duvi-



*Ele diz que é o maioral: "quem ousa provar o contrário?"*

dam. Mas a vida ensina que o poderio militar, assim como o diplomático e o político, é derivado e possui um grau de autonomia apenas relativo e temporário. Não dura eternamente. No presente caso não é prudente apostar que sobreviva à próxima geração. Embora origine várias ilusões.

Por tudo isso a "ordem internacional" de Bush já nasce caduca. Porém, carregada de perigos. A auto-afirmação dos EUA, nos termos em que vem sendo estabelecida, chora a desesperança e vai ensejar reações pouco paci-

ficas, tornando mais próximo o perigo de novas e mais terríveis conflagrações.

O rearmamento do Japão e Alemanha, por exemplo, que já vem ocorrendo, tende a se acelerar em virtude dos últimos acontecimentos.

A velha ordem norte-americana, aparentemente (e talvez apenas aparentemente) reforçada pela guerra no golfo, continuará a bater igualmente contra os interesses dos povos do 3º mundo. E também aí poderá ser derrotada.

# A degradação da URSS

Carlos Pompe

**"Você considera essencial a preservação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas como uma federação renovada de repúblicas soberanas, com direitos iguais, na qual os direitos e liberdades das pessoas de qualquer nacionalidade estejam totalmente garantidos?"**

Cerca de 200 milhões de eleitores da URSS foram chamados a responder essa pergunta, com um *da* (sim) ou um *nyet* (não), no dia 17 de março. Pergunta capciosa. Afinal, seria numa "federação renovada". Porque a atual, já foi pro brejo. Gorbachev apareceu repetidas vezes na TV para pedir o voto no "sim". Os que advogavam o "não" foram impedidos do acesso à TV. Mas foram às ruas declarar sua intenção de voto. Um dia antes da votação, o porta-voz oficial do comitê do referendo, Pavel Zobnin, garantiu: "Acho que uns 70% dos eleitores irão apoiar a União".

Errou. Em primeiro lugar, apenas 66,6% dos eleitores atenderam ao chamamento às urnas. Se o plebiscito era considerado "histórico", por ser o primeiro da história da URSS, a abstenção foi mais histórica ainda: a maior de toda a existência do Estado Soviético.

Mas o erro não ficou por aí. O "sim" passou por pouco da casa dos 50%, segundo as projeções (a apuração deve terminar no início de abril). Nos principais centros operários da Rússia (Leningrado e Moscou), ocorreu um virtual empate. Na Lituânia, Letônia, Estônia, Armênia, Geórgia e Moldova, que reivindicam independência total em relação ao Kremlin, os governos boicotaram a realização do plebiscito. A resposta do governo de Gorbachev foi dura: "As repúblicas que se recusaram a realizar o referendo terão de acatar as leis soviéticas que determinaram a sua realização." O procurador da República anunciou penas de até cinco anos de cadeia para quem criasse obstáculos à votação. Em todo caso, para contornar as dificuldades óbvias, minorias russas que vivem nessas re-



Opositorista confronta-se com militar russo durante manifestação em Moscou sobre o plebiscito

giões votaram em quartéis, sedes do PC de Gorbachev e outros locais improvisados, mas de domínio russo. Com isso, dos 1 milhão de eleitores da Letônia, por exemplo, votaram apenas 250 mil (a vitória do "sim", com 95% dos votos, evidencia, por si só, a nacionalidade desses eleitores).

## Domínio russo

Pelo projeto de "federação renovada" enviado ao Congresso, o Kremlin continua com a defesa da "soberania, da integridade territorial das repúblicas, das fronteiras e garante a segurança do Estado." Além disso, comanda as Forças Armadas, política externa, empresas de interesse militar e programas e pesquisa espacial, ficando ainda responsável pelo orçamento federal. Os soviets deixam de existir inclusive no nome (como soviets mesmo, da época de Lênin, já deixaram de existir há muito tempo...). Passam a chamar-se Câmara Alta e Câmara Baixa.

Dias antes do plebiscito, Gorbachev formou um novo governo. Mas manteve em seus postos o ministro da Defesa, Dmitri Yazov, e o che-

fe da KGB, Vladimir Kriuchkov. Justamente os responsáveis pela repressão sangrenta aos movimentos separatistas que grassam nas repúblicas. Mas as mudanças também não ajudaram a garantir a vitória substancial do "sim".

Boris Yeltsin, presidente da Federação Russa e desafeto de Gorbachev incluiu, no plebiscito russo, a pergunta sobre o desejo dos russos elegerem diretamente o presidente da URSS. Ganhou de lavada. Em Moscou, 77,8% de "sim", em Leningrado, 78%, em Sverdloysk (Sibéria), 88,89%, nas ilhas Sakalinas, 72,2%.

O *New York Times* publicou artigo garantindo que o presidente dos EUA, George Bush, "fez o que pôde em favor" de Gorbachev. Mas também é pública e notória as ligações de Yeltsin com os interesses norte-americanos e seus amores pelo sistema capitalista.

## Idéias para a URSS e o mundo

Os resultados das urnas ainda não são completos. Mas com o pleito encerrado Gorbachev já lançou mão de novas medidas impopulares, na sua

busca capitalista para a saída da crise em que os sucessivos governos revisionistas mergulharam a URSS. Aumentou em 60% o preço de alimentos e outros produtos. E deu uma "compensação" de alguns rublos a mais como abono pa-

## A Iugoslávia capitalista à beira da guerra civil

*Não é só a União Soviética que enfrenta a ameaça de desintegração. Também na Iugoslávia, o mesmo problema, que se faz sentir há anos, tomou contornos dramáticos nas últimas semanas. A grave crise econômica e política do país levou a que inclusive os sérvios, 100 mil deles, tomassem as praças de Belgrado exigindo mudanças. E acabaram conseguindo a renúncia de quatro dos oito integrantes da presidência colegiada da Iugoslávia. As forças armadas ameaçaram intervir de forma ainda mais dura para impedir uma guerra civil que a esta altura parece difícil evitar.*

A Iugoslávia é formada por seis repúblicas (Croácia, Eslovênia, Macedônia, Montenegro, Bosnia-Herzegovina, além da própria Sérvia) e de uma região petensamente autônoma mas na verdade dominada pelos sérvios - Kossova, habitada por albaneses. O domínio sérvio conduziu a uma opressão nacional insuportável para as demais repúblicas, assim como para Kossova (cuja população é a mais oprimida do país).

O movimento separatista ganhou força especialmente após as eleições realizadas nos dois últimos anos. A manutenção da união tornou-se praticamente inviável e vem demandando o crescente recurso à força militar. A Iugoslávia há muito havia deixado o caminho socialista; já a partir de 1948, quando rompeu com a URSS, abriu-se ao imperialismo, principalmente o norte-americano. Acumulou uma dívida externa de 18 bilhões de dólares, que sufoca a economia do país, monitorizada pelo FMI, e ostenta uma inflação de 2.500% ao ano (em 1989), além de mais de 1 milhão de desempregados.

É de admirar o comportamento da grande imprensa burguesa, que sempre pintou aquele país como "exemplar" e elogiou o caminho, escolhido desde 1948, de ruptura com o comunismo e aproximação do Ocidente. Agora, cinicamente como se a coisa não fosse com a burguesia, trata o atual governo em crise como "comunista". Haja oportunismo.

ra quem tem filhos até 16 anos. Não colou. "Tenho 2 filhos e mesmo com a compensação vamos comer só pão e batatas", lamentou a soviética Galina Sokola, numa praça de Moscou.

Os mineiros, que estão numa greve que alastra-se por todo o país, incluíram em sua pauta de reivindicações econômicas a deposição do governo. O estudioso Andrei Gurov, da Academia de Ciências da URSS, disse estar ocorrendo a "latinoamericanização" da URSS, devido ao aumento crescente da miséria.

O *Komsonolskaya Pravda* denunciou que 42,5% dos alimentos oferecidos às crianças soviéticas "contêm grande quantidade de produtos químicos venenosos", e aduz que a mortalidade infantil avançou para até 7% dos nascidos vivos - entre os maiores índices europeus. Não bastasse isso, constatou-se que 77% das crianças em idade escolar não estão em boas condições físicas, índice que salta para 86% entre os adolescentes.

...E pensar que nos anos 80 Gorbachev anunciou que sua *Perestroika* representava uma "nova idéia para o meu país e para o mundo"...

# Impunidade é lei no sul do Pará

Longe do barulho das grandes cidades, com seus cenários urbanos, um município clama por justiça. Rio Maria, no interior do Pará, ouve barulhos de tiros e assiste à frequentes cenas de corpos de trabalhadores rurais mortos pelo latifúndio. É a verdadeira face do Brasil que a "modernidade" do governo Collor finge não ver.

Rio Maria é um município localizado no Sul do Pará, criado em 1982. Nesse período já foram assassinados 2 presidentes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais; nos últimos 10 meses ocorreram 5 assassinatos de natureza política, em 6 anos já foram assassinados 5 dirigentes ou filiados do Partido Comunista do Brasil, mais de 90% dos corpos enterrados nos dois cemitérios que existem na cidade são de pessoas que foram assassinadas.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT), afirma em seu dossiê sobre a violência no Sul do Pará, que foram 173 o número de trabalhadores rurais assassinados desde maio de 1980. Cerca de 3 mil trabalhadores distribuídos em 31 fazendas vivem em regime de escravidão. Ainda segundo o documento, entre janeiro de 1987 e dezembro de 1990, 56 trabalhadores morreram, 132 foram ameaçados de morte, 137 ficaram feridos ou sofreram despejos, 51 casas foram queimadas, 174 trabalhadores estiveram presos ou detidos e aponta o alarmante número de 1.589 trabalhadores que foram mantidos em cárcere privado dos latifundiários.

## Relato Macabro

O governo federal recebeu de parlamentares e religiosos da região, um extenso documento, que entre outros pormenores da violência contra camponeses, descreve a brutalidade dos assassinatos. Um dos exemplos é o assassinato do lavrador Belchior Martins da Costa, ocorrido em março de 1982, em Rio Maria. Ele teve o pescoço fraturado, recebeu 140 tiros. Outro caso, em 1983, trata da morte de oito trabalhadores não identificados, de Santana do Araguaia. Eles foram queimados vivos. Manoel Martins dos Santos e seu irmão José, são os dois posseiros que, em fevereiro de 1988, na fazenda



Expedito Ribeiro: mais uma vítima dos latifundiários

da Vaca Branca, em Redenção, foram mortos com vários tiros e tiveram as orelhas arrancadas.

O documento narra ainda vários casos de suicídios de trabalhadores que não suportaram as constantes intimidações do latifúndio, as mortes de seus filhos, abortos e estupro de suas mulheres antes que fossem assassinadas.

Segundo a CPT Araguaia-Tocantis, o agravamento de todos os problemas da região remonta ao período do governo da ditadura, sob a presidência do General Emílio Garrastazu Médici, que na década de 70, promoveu um programa de ocupação de áreas como a do Bico do Papagaio (Sul do Pará), sob o slogan "terra sem homens para homens sem terra". Tal propaganda acabou atraindo posseiros e especuladores interessados nos recursos da Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) para investir em grandes projetos agropecuários.

## Terra do banditismo

Rio Maria não é uma exceção nacional. Sequer é o município onde tem ocorrido maior número de assassinatos no campo na região Sul do Pará. No Estado do Pará, impera o banditismo dos latifundiários e das quadrilhas do crime organizado, que agem como juízes e carrascos, que condenam à morte e executam suas sentenças macabras implacavelmente, seja a vítima um trabalhador

rural, um sindicalista, um advogado ou mesmo um parlamentar. Matam e avisam quem está condenado. São capazes de esperar meses e até anos, de dar a impressão de que a ameaça de morte não será cumprida, mas quando menos se espera, executam suas sentenças.

Se a vítima é um simples trabalhador a decisão é individual, de um latifundiário, e o crime pode ser cometido às claras, com testemunhas, os executores não precisam se esconder, podem ser pistoleiros conhecidos, porque nesses casos, via de regra, sequer há inquérito. Se a vítima é uma personalidade, a decisão é coletiva, realizam reuniões, às vezes até com a participação de autoridades locais, como no caso de João Canuto (presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e membro do Diretório Municipal do PCdoB em Rio Maria, assassinado em 1985), contratam pistoleiros desconhecidos na localidade do crime, que tratam de fugir logo depois de feito o "serviço". Os inquéritos policiais normalmente andam. No caso de João Canuto, morto há mais de cinco anos, até hoje, o inquérito não foi concluído.

Aliás, a esmagadora maioria dos indiciados não são presos, julgados e condenados pelos crimes cometidos. Nunca foi sequer a julgamento um pistoleiro responsável por assassinatos no campo no Estado do Pará, para não falarmos em mandantes. Um dos poucos pis-

toleiros presos atualmente, o famigerado Sebastião da Terezona, responsável por dezenas de assassinatos, está preso há cerca de cinco anos e até hoje não foi a julgamento. O fato de não ter sido julgado sequer um pistoleiro é estarecedor quando se sabe que apenas os assassinatos no campo registrados - há muitos sem registro - a partir de 1980, é de aproximadamente 500.

## Alvo principal

Vários partidos tem sido atingidos pela violência do latifúndio no estado, mas o alvo principal é o Partido Comunista do Brasil, que tem sofrido inúmeras baixas na luta contra o latifúndio e pela reforma agrária. Nos últimos seis anos foram assassinados nove de seus dirigentes ou filiados: Paulo Fontelles, Expedito Ribeiro de Souza, João Canuto, Brás Antônio de Oliveira, Felipe, Juscelino, José Fernandes, José Canuto e Paulo Canuto. A lista dos marcados para morrer do PCdoB é grande, os mais visados atualmente são o presidente do Diretório Municipal do PCdoB em Rio Maria, Roberto Neto, juntamente com Carlos Cabral, atual presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria e Orlando Canuto, membro da diretoria do Sindicato e que já sofreu um atentado, tendo recebido dois tiros na ocasião em que seus irmãos foram assassinados. (Netton Mirand)

do latifúndio, que campeia no estado, é indispensável dar um basta à impunidade. Os latifundiários não podem continuar matando e fazendo churrascos para comemorar o assassinato de lideranças populares. É imprescindível que paguem por seus crimes. E esta não é tarefa apenas do movimento camponês. Tampouco diz respeito apenas às forças democráticas e progressistas do Pará. Ela extrapola as fronteiras do estado e exige a participação de todas as forças vivas da Nação, a realização de ações enérgicas e de envergadura com ampla participação, que abriguem as autoridades a tomarem alguma medida contra a impunidade.

## Cumplicidade collarida

Apenas a reforma agrária dará um fim aos conflitos fundiários e conseqüentemente à violências no campo. No entanto, algumas medidas, independente da reforma agrária antilatifundiária, podem contribuir para atenuar os conflitos que atualmente se desenvolvem, como a desapropriação das áreas em litígio.

Se a fazenda Suiássui-Redenção, localizada no município de Rio Maria houvesse sido desapropriada no início do conflito, Expedito, Brás, Roman, José e Paulo Canuto, entre outros, não teriam sido mortos. Considerando esse aspecto, o governo federal é um dos principais responsáveis pela escalada de violências no campo quando se recusa a realizar qualquer desapropriação e nem dá andamento aos processos iniciados antes de sua posse.

Mas, até mesmo algumas áreas desapropriadas estão ameaçadas de terem anulados os processos de desapropriação por ter expirado ou estar em vias de expirar o prazo de emissão de posse, que é de dois anos. São áreas ocupadas por posseiros que já começam a receber ameaças de despejo. São novos focos de conflito, nessa guerra tão desigual. De um lado, a disposição de luta e a bravura dos trabalhadores sem terra. De outro, a covardia dos latifundiários com suas milícias de pistoleiros fortemente armados e a cumplicidade dos governantes. (Netton Mirand)

Para se freiar a violência

Regional do PCdoB/PA)

# Mobilizada a sociedade contra a matança de camponeses

No último dia 13 de março, o povo de Rio Maria-PA, deu uma resposta à violência dos latifundiários e à impunidade dos assassinos de trabalhadores e suas lideranças na região. Compareceu em peso ao ato público convocado pelos Comitês Rio Maria de vários municípios do Sul do Pará. Sob um sol forte, a multidão estimada em 5 mil pessoas, portando faixas e cartazes exigindo justiça e reforma agrária, ouviu atentamente a dezenas de oradores. Foi grande o número de personalidades; muitas de expressão nacional, que foram a Rio Maria para solidarizarem-se com a luta dos trabalhadores rurais.

Fizeram-se presentes Luis Inácio Lula da Silva, presidente nacional do PT; senadores Eduardo Suplicy (PT) e Almir Gabriel (PSDB), deputados federais (PCdoB) Haroldo Lima e Socorro Gomes, Valdir Ganzer e Paulo Rocha (ambos do PT) e Giovanni de Queiroz (PDT), os bispos de Conceição do Araguaia, Marabá (PA) e Picos (PI), mais uma dezena de deputados estaduais e dirigentes sindicais. Também presentes, representantes da OAB, do Ministério da Justiça e Procuradoria Geral da República, o vice-prefeito de São Paulo, Luis Eduardo Greenhalg, os ex-deputados federais Aldo Arantes e Ademir Andrade, João Batista Lemos, membro da executiva nacional do PCdoB, dezenas de sindicalistas, vereadores e familiares das vítimas.

## Pelo fim à impunidade

O ator Paulo Betti deu início ao ato. O primeiro orador, Roberto Neto, presidente do diretório municipal do PCdoB de Rio Maria, está ameaçado de morte. Ele fez um pronunciamento comovente, relatando o quanto de violência campeia na região, a impunidade e a conivência das autoridades com o crime organizado.

Em seu pronunciamento, Lula destacou a importância da reforma agrária para acabar com a violência no campo, em particular contra os camponeses e, que essa luta é também dos trabalhadores da cidade, dos estudantes, de todas as pessoas conscientes. afirmou ser inconcebível que alguns tenham milhões de hectares de terras enquanto a maioria nada possui para sobreviver. Em tom vibrante, Eduardo Greenhalg disse que basta de missas de sétimo dia para trabalhadores rurais e que o governo precisa pôr fim à impunidade e dar segurança aos cidadãos, além disso, condenou o trabalho escravo, ainda comum na região.



Detalhe do cartaz do Comitê Rio Maria contra a impunidade no campo

**Líderes sindicais dos trabalhadores de Rio Maria assassinados:**  
João Canuto, 1985.  
Ronan Ventura, 1990.  
Brás de Oliveira, 1990.  
Paulo Canuto, 1990.  
José Canuto, 1990.  
Exedito Ribeiro, 1991.

Orlando Canuto, que teve o pai e dois irmãos assassinados, além de ter sido vítima de um atentado, falou em nome do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria. Muito emocionado, Orlando destacou que foi obrigado a sair da cidade junto com sua família, por razões de segurança, mas não abandonou a luta que tem desenvolvido, percorrendo outros estados. Orlando já foi até a França participar de um congresso para denunciar a violência e a impunidade.

Em nome dos familiares das vítimas falou Luzia Canuto, revelando a fibra de uma família que o banditismo do latifúndio quer exterminar, mas não se verga.

## Solidariedade camponesa

O padre Ricardo Resende, também na lista dos ameaçados, destacou o trabalho e a luta de João Canuto, Brás e Exedito, militantes exemplares do PCdoB assassinados a mando dos fazendeiros. O prefeito de Rio Maria, Sebastião Aranga, disse que ainda não tinha perdido as esperanças no presidente da República, que teve cerca de 90% dos votos válidos de Rio Maria no segundo turno, e a resposta foi uma vaia de boa parte do público. O ex-deputado federal, Aldo Arantes, falando em nome da direção nacional do PCdoB, disse que assumia o caso como advogado dos familiares das vítimas, condenou energicamente a impunidade e defendeu a reforma

## Sucessora de Margarida Alves morta na Paraíba

Maria da Penha Nascimento, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Grande, na Paraíba, era a principal testemunha no julgamento dos assassinos de Margarida Alves, fuzilada em 1985, na mesma região, marcado para o próximo dia 21. Todas as evidências apontam que Maria da Penha morreu, no último dia 16, vítima de um atentado.

A corajosa líder sindical integrava uma lista de 12 lutadores marcados para morrer e vinha sofrendo constantes ameaças. Na última sexta-feira ela se dirigia de automóvel para Campina Grande, com a professora de sociologia da USP e da UNICAMP Elisabeth Lobo Garcia, a estudante Maria do Socorro e a professora da Universidade Federal da Paraíba, Lour-

des Maria Bandeira.

O carro foi perseguido, segundo relata a professora Lourdes Maria e, num trecho perigoso, foi fechado e atirado num barranco.

Maria da Penha e Elisabeth Lobo morreram e as outras duas saíram feridas.

Maria da Penha tinha dados comprometedores contra os Bôrges Veloso e Ribeiro Coutinho, famílias de usineiros apontados como mandantes da morte de Margarida Alves.

Tudo foi feito com a intenção de apresentar as coisas como fruto de um acidente. Sindicalistas e o próprio depoimento de Lourdes Maria, entretanto, indicam que os latifundiários continuam resolvendo os conflitos de terra a seu modo.

agrária. A multidão não arredou o pé até o encerramento do ato. Havia caravanas da zona rural e de outros municípios. Vieram em caminhões e ônibus que chegaram à cidade no dia anterior, lotados, alguns depois de percorrerem centenas de quilômetros de estradas esburacadas e pontes quebradas. Durante o ato não houve qualquer incidente. A provocação dos fazendeiros limitou-se à colocação de faixas que diziam que a propriedade era um direito constitucional que devia ser respeitado.

## Um dia pela justiça

O PCdoB teve uma participação destacada no ato com diversos oradores, distribuindo notas, com faixas e bandeiras que tremulavam no meio do povo, mas sua participação foi completamente omitida por parte da grande imprensa.

O ato público foi o encerramento do dia municipal contra a violência e a impunidade, que teve início com uma sessão solene na Câmara Municipal, realizada no dia 12 e que contou com a presença de centenas de participantes. No dia 13, antes do ato, houve uma visita ao cemitério onde estão sepultados os corpos de João Canuto, Brás, José e Paulo Canuto e Exedito Ribeiro. Após a visita ao cemitério, foram formadas oito comissões com a participação de representantes de partidos políticos, Ministério da Justiça, Procuradoria Geral da República, parlamentares e representantes das entidades vinculadas a luta dos trabalhadores rurais. Estas comissões ouviram dezenas de depoimentos de familiares de vítimas da violência, pessoas que sofreram violência e foram ameaçadas de morte.

## Propostas para mudar

Foram apresentadas diversas propostas com objetivo de mudar a situação que tantas vítimas tem causado entre os trabalhadores, destacando-se: punição aos executores e mandantes dos assassinatos, desapropriação das áreas em conflito, segurança para os ameaçados de morte, apuração do envolvimento de membros do Poder Judiciário e da polícia com o crime organizado. Conclusão dos inquéritos policiais e agilização dos processos, formação de comitês Rio Maria em todos os estados, combate ao trabalho escravo pela Polícia Federal e Delegacia Regional do Trabalho. Publicação para os assassinos de Paulo Fonteles e João Batista. (Veja o histórico da luta no trabalho escravo na página 12 da Sucursal)